

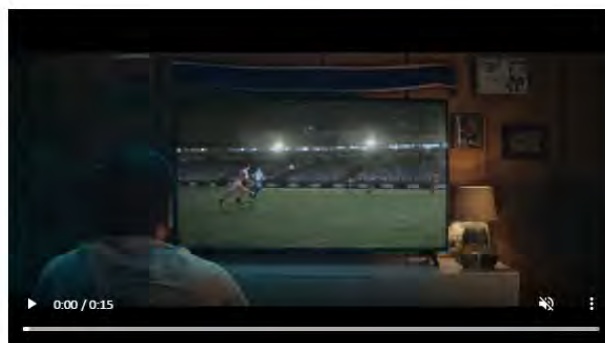
Ana Suspiro
Texto

É a voz institucional do setor e tem sido a voz do protesto contra os novos valores que ameaçam o mundo rural. Como a CAP ajuda a levar os milhões públicos aos agricultores e também recebe alguns.

06 jan 2020, 12:47 4



O Observador publica nas próximas semanas vários capítulos de uma grande investigação sobre organizações com impacto e influência na sociedade portuguesa. Os trabalhos foram realizados com uma bolsa Gulbenkian de investigação jornalística.



Em junho de 2006, a [marcha](#) do mundo rural trouxe à capital e à Avenida da Liberdade mais de 18 mil agricultores. Vieram os pauliteiros de Miranda, os grupos de bombos do Minho, vários ranchos folclóricos, campinos, vacas, burros, carros de bois e tratores. Foi o culminar de uma contestação que nasceu de uma onda de protestos em cidades do interior, contra o corte das ajudas agro-ambientais promovido pelo ministro da Agricultura do primeiro Governo de José Sócrates, Jaime Silva.

Hoje já não é a política agrícola comum nem os cortes das ajudas aos agricultores que mais preocupam o setor. Em abril deste ano foi lançado um manifesto em defesa do mundo rural com o apoio discreto de alguns candidatos às eleições europeias. Um alvo evidente, ainda que não identificado, é o PAN, Partido Pessoas-Animais-Natureza, que se consolidou com a eleição de quatro deputados nas legislativas. Mas a [nova marcha do mundo rural](#) pelo centro político da capital, realizada em 22 de novembro, ficou longe da mobilização de 2006 promovida pela CAP.



A agricultura tem sido **apontada** como um dos vencedores da crise e do período da troika, ganhando mais força económica e rendimento. Desde pelo menos 2011 que o valor bruto da produção agrícola tem crescido em Portugal mais ou menos de forma constante, segundo dados da Pordata.

Mas, ao mesmo tempo, o modo de vida do mundo rural está ameaçado por novas visões políticas e sociais. A Confederação dos Agricultores de Portugal é uma das vozes que se levanta contra a crescente força destes movimentos – quase sempre de origem urbana – que defendem a ecologia, os direitos dos animais e a sustentabilidade de um estilo de vida e de uma alimentação que chocam com a tradição e com a recente prosperidade rural.

Qual é força dos que resistem?

Do outro lado estão os adeptos das touradas, da caça, os produtores de carne bovina, os produtores florestais do eucalipto e das culturas intensivas apoiadas no regadio. Atividades que se desenvolvem num território cada vez mais despovoado e ameaçado por secas frequentes.

“Quando se fala naquilo que é o modo de vida das pessoas do mundo rural parece que todos os partidos têm um receio do politicamente incorreto.” (...)“E ninguém se arrisca, sem medo, **assumindo que é assim, porque há pessoas que vivem assim**, há pessoas que querem continuar a viver assim”. As palavras foram proferidas pelo secretário-geral da CAP, Luís Mira.

Segundo o portal estatístico **Pordata**, os agricultores portugueses **são cada vez menos**. Em 2016 eram menos de metade – cerca de 250 mil – dos que existiam em 1989. Mas, por outro lado, são cada vez **mais produtivos** e com um **rendimento líquido** mais elevado.

A CAP tem sido, desde os anos 70, a voz da agricultura junto da opinião pública e é a **única organização representativa do setor** com lugar cativo na concertação social. Com uma presença nacional que se estende por todo o território, incluindo os Açores, a confederação tem sede em Lisboa e centros de informação rural regionais: Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes, Viseu, Guarda, Santarém, Lisboa, Oeste e Beja. Tem centros de formação em Almeirim, Guarda e Norte e uma delegação na Comissão Europeia, em Bruxelas, a capital europeia onde se tomam as grandes decisões para a agricultura.

A CAP representa as federações de produtores florestais, de produtores de frutos e hortícolas, de regantes e bovinocultores, mas também dezenas de associações locais. No total, **são mais de 220**, com especial incidência em Trás-os-Montes e no Alentejo, entre associações agrícolas, pecuárias, florestais, cooperativas, adegas cooperativas ou federações com cariz setorial e ou regional.

▲ Nascida em Rio Maior, a CAP tem o quartel-general em Lisboa desde 1993, na Rua Mestre Lima de Freitas em Benfica
MELISSA VIEIRA/OBSERVADOR

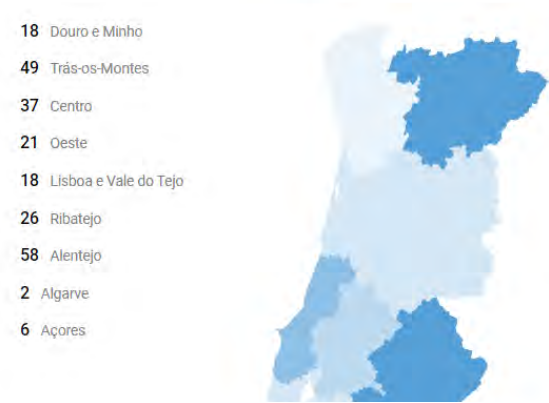
Por 219€/mês*
TAEG 6,35%
Financiamento
mínimo de 18 meses.
Manutenção incluída.

T-Roc

Saiba mais

Info Legal

Associados
por regiões





Subscreva a newsletter Desporto

Bruno Roseiro analisa à sexta-feira a semana do Desporto, explica os bastidores dos grandes temas e lança os eventos dos próximos dias.

Subscrever

No entanto, **não estão disponíveis dados sobre o número final de associados** representados por cada uma destas entidades, nem sobre a sua evolução. Segundo os estatutos, confederação também tem associados contribuintes que são empresários a título individual, mas não estão identificados no site.

A confederação que leva os milhões dos apoios públicos aos agricultores

João Machado, que esteve mais de 22 anos na cúpula da CAP e que deixou a presidência da confederação em 2017, reconheceu que os anos em que Jaime Silva foi ministro da Agricultura foram os momentos mais difíceis que viveu na direção da organização. “Foi uma luta permanente de vários anos” — entre 2005 e 2009 — e de quebra de diálogo entre a tutela e as confederações, **afirmou** na altura de fazer o balanço.

Esta relação de conflito aberto terá sido uma **exceção nas relações entre a principal confederação dos agricultores e o poder político**, em particular com o ministro que ocupa a pasta. Na maior parte das vezes estão do mesmo lado da barricada, seja contra a Comissão Europeia e as políticas da PAC, sobretudo quando estão em causa a redução das ajudas à produção, seja contra políticas mais agressivas de combate às alterações climáticas que comprometem a atividade agrícola.

Os seus estatutos definem que o principal objetivo é de representar os agricultores junto do Estado e outras entidades, mas também prestar assistência técnica, económica e jurídica aos seus associados. Mas é mais do que isso. A CAP funciona como um veículo que faz chegar ao terreno os muitos milhões de euros de fundos públicos que existem para este setor, e que são significativos sobretudo do lado da PAC (Política Agrícola Comum). E, nessa medida, **é também uma importante beneficiária e gestora desses valores**.

A confederação é uma importante parceira do Estado no desenvolvimento das políticas e na execução de programas de apoio para os agricultores, levando as medidas que estão no papel até aos destinatários finais. Atua como organismo intermediário na consultoria técnica a projetos do Portugal 2020, nas áreas da divulgação, apresentação de candidaturas, pedidos de reembolso e saldos e verificação no local. Participa e promove a participação em feiras a nível nacional e internacional e tem ainda um protocolo com bancos para antecipar crédito aos agricultores, antecipando as ajudas que vão receber do IFAP.

Financiamentos públicos à CAP



Mas é a área da **formação profissional para adultos** a que concentra as maiores fatias do dinheiro recebido, com origem no Fundo Social Europeu, e taxas de comparticipação de 85% do investimento total. Estes programas têm como destinatários adultos e jovens de zonas rurais que procuram “suprir os défices de baixas qualificações escolares e profissionais”.

Uma análise às candidaturas aprovadas no quadro do Portugal 2020, revela que os montantes atribuídos à CAP entre 2015 e primeira metade de 2019, **ultrapassam os 27 milhões de euros**, com o valor mais alto em 2018. Nem todos estes fundos correspondem necessariamente a despesa paga, ao contrário dos montantes contabilizados nas subvenções públicas pela Inspeção Geral das Finanças. E haverá valores que são duplamente contabilizados nestes dois controlos financeiros – e que não deveriam ser somados, até porque têm critérios distintos.

A CAP é também financiada por ser **membro da concertação social**, com verbas previstas para a capacitação dos parceiros que provêm da Presidência de Conselho de Ministros, mas também de fontes europeias. E este lugar confere-lhe igualmente benefícios fiscais.

Este papel de pivot de dinheiros e políticas públicas que têm como destino a agricultura também é desempenhado pela Confederação Nacional dos Agricultores, uma organização mais associada aos pequenos agricultores e ao minifúndio, e que também recebe fundos do Estado. Já a CAP **é mais conectada com os grandes proprietários** do sul do país. O seu nascimento é, aliás, marcado por uma fratura na sociedade portuguesa e cuja razão de existir se confunde com a revolta contra a reforma agrária.

Cronologia

1974

A origem da CAP

Em maio de 1974, logo a seguir à revolução foi criada a Associação Livre de Agricultores em Beja. O movimento estendeu-se a Évora, Portalegre, Santarém e Torres Vedras, marcando presença no território onde se aplicou a reforma agrária.

Março de 1975



João Paulo Trindade - Lusa

Proibida a Associação Livre de Agricultores

A ALA (Associação Livre de Agricultores) é proibida pelo ministro da Agricultura — Oliveira Baptista — do Governo de Vasco Gonçalves e descrita como uma associação de malfetores.

Julho de 1975

ALA reage contra o PCP

A então ALA surge associada à reação contra o domínio do PCP, opondo-se à ocupação do Grémio da Lavoura em Rio Maior, concelho do Ribatejo. O dia fica marcado pelo assalto à sede local do PCP que ficou conhecido como a Moca de Rio de Maior.

6 de novembro de 1975



Lusa Vasconcelos - Lusa

Confrontos entre agricultores e sindicatos

Um protesto em Santarém anti reforma-agrária gera uma contra-manifestação liderada por sindicatos e outras forças supostamente conotadas com o PCP. Nos confrontos, um jovem filho de um grande proprietário agrícola de Coruche é morto. O atacante, um trabalhador agrícola, é linchado no local com a faca que trazia. Episódio ficou conhecido como a "tarde trágica de Santarém" e antecedeu golpe do 25 de novembro.

25 de novembro 1975

É criada a CAP

É dado o passo decisivo para a criação da Confederação dos Agricultores de Portugal que só viria a ser formalizada em janeiro de 1976 num cartório de Rio Maior.

Janeiro de 1976

Manifestação de agricultores em Braga

Uma grande manifestação em Braga junta mais de 100 mil agricultores que exigem maiores mudanças na lei da reforma agrária e ameaçam cortar abastecimento a Lisboa.

Julho de 1977

CAP critica a Lei Barreto

A lei que trava a reforma agrária, conhecida como Lei Barreto, suscita críticas à CAP por prever ainda como objetivo a "coletivização da terra".

Outubro de 1977



António Coimbra - Lusa

CAP é reconhecida como parceiro social.

A Confederação dos Agricultores de Portugal é reconhecida como um parceiro social e membro da concertação social.

Janeiro de 1980



Lusa

CAP apoia a Aliança Democrática

A recém-eleita AD (Aliança Democrática) tem o apoio da CAP que já antes tinha publicamente apoiado a candidatura de Ramalho Eanes à presidência. José Manuel Casqueiro, secretário-geral da CAP, é eleito deputado pelo PSD no círculo do Alentejo.

José Manuel Casqueiro demite-se
O histórico secretário-geral José Manuel Casqueiro demite-se, na sequência de divergências internas, que são mais tarde ultrapassadas.

1991

1993



Alberto Filas - Lusa

Crise no setor agrícola
Setor agrícola vive uma crise profunda. Culpas são atiradas para a entrada de Portugal na CEE, concretizada em 1986, e para os efeitos da Política Agrícola Comum (PAC). CAP inaugura nova sede em Lisboa, mudando-se de Rio Maior.

Rosado Fernandes é eleito presidente da CAP
Raúl Rosado Fernandes, um dos fundadores da confederação, é escolhido para presidente da CAP. Rosado Fernandes foi também deputado do CDS e esteve no Parlamento Europeu.

Dezembro de 1993

Março de 1997



Paulo Cunha - Lusa

Eleições antecipadas na CAP
Presidente não acaba mandato. Há eleições antecipadas e João Machado é escolhido como presidente da CAP. Luís Mira é eleito secretário-geral, cargo que ainda mantém.

Crise das vacas loucas
CAP apoia Governo quando Portugal contesta no Tribunal Europeu o embargo à carne portuguesa. Para a história ficam as imagens do então ministro da Agricultura, Gomes da Silva, a comer mioloira de vaca, em desafio à advertência para evitar consumir esta parte do animal.

Julho de 1999

2000



Paulo Viegas - Lusa

Fim do processo de expropriação de terras intervencionadas na reforma agrária
Fica concluído o processo de regularização das terras expropriadas e nacionalizadas na reforma agrária. São pagos indemnizações de 80 milhões de contos (equivalente a 400 milhões de euros) aos antigos proprietários.

Manifestação contra alteração ao Código da Estrada
Mais de 10 mil agricultores marcham em frente ao Parlamento contra a redução do teor de álcool no sangue para quem conduz, de 0.5 para 0.2. Temem consequências negativas para o setor vinícola. Alteração ao Código da Estrada não avança após a demissão do Governo Guterres dois meses depois.

Outubro de 2001

2006



Ínacio Rosa - Lusa

Série de protestos contra o fim das ajudas ambientais
CAP promove série de manifestações contra o fim das ajudas ambientais, como a eletricidade verde. João Machado pede a demissão do ministro Jaime Silva, do primeiro Governo de José Sócrates. Protesto desagua em Lisboa na marcha do mundo rural que juntou em junho milhares de agricultores, mas também burros, vacas e tratores que desfilaram pela Av. da Liberdade.

Maio de 2008

Sócrates intervém pela CAP
A CAP, então liderada por João Machado, abandona uma reunião

da concertação social sobre a revisão do código de trabalho. Sócrates teve de intervir e defender publicamente a importância da CAP como parceiro e sublinhar a estima pelos seus dirigentes para os agricultores regressarem à mesa.

2015

Comemorações dos 40 anos da CAP

A confederação celebra os seus 40 anos e organiza 7º Congresso Agricultura, Europa e Mercados Internacionais.

Abril de 2017



José Serra Goulão - Lusa

CAP tem novo presidente ao fim de mais de duas décadas

Eduardo Oliveira da Silva é eleito presidente, depois de João Machado ter abandonado a direção onde fez sete mandatos e esteve 22 anos.

Maio de 2018

Morte de fundador

Morreu Rosado Fernandes, um dos dirigentes fundadores da CAP. Em 2003, tinha falecido com 59 anos, José Manuel Casqueiro.

Fonte: Site CAP

De onde vêm as receitas da CAP

A CAP funciona quase como uma extensão do Ministério da Agricultura fora do Estado e, por isso, a sua atividade está muito dependente das funções públicas nesta área e do sucesso das negociações com instituições internacionais. Dai os alertas deixados em fevereiro pelo secretário-geral da CAP, Luis Mira.

“Alguns políticos em Portugal dizem que as vacas voam, mas na realidade as vacas não voam. Para se tirar partido de uma boa negociação em Bruxelas e uma boa aplicação de fundos comunitários é necessário que o Estado funcione bem e que o Ministério da Agricultura seja eficiente. E se a agricultura evoluiu muito, pesa 16% do PIB, o Ministério da Agricultura e o Estado não evoluíram com a mesma velocidade.”

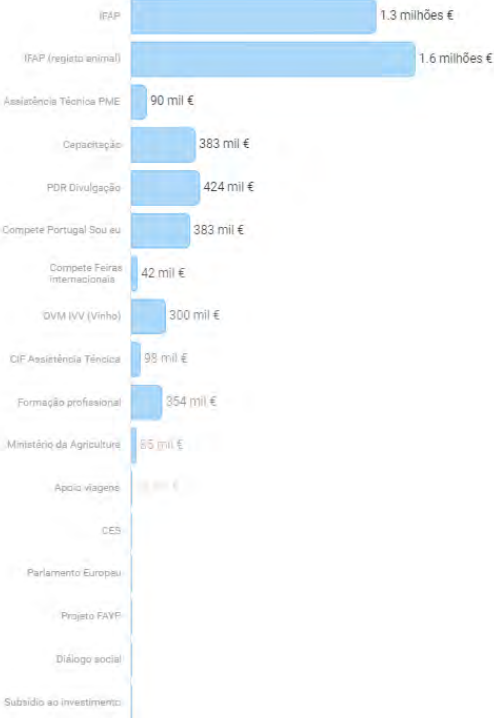
Uma análise mais detalhada às contas da confederação mostra como a eficácia e sucesso dos poderes públicos na negociação de ajudas ao setor agrícola é também fundamental para a saúde financeira da CAP.

Subsídios públicos em 2016

Subscreva a newsletter Lifestyle

À quinta-feira à noite, a Maria Ramos Silva oferece-lhe uma seleção semanal de artigos para o ajudar a viver melhor e planejar o seu fim de semana.

Subscrever



Pelos estatutos, as receitas incluem jóias/quotas, pagamentos pelos serviços prestados a associados ou terceiros, rendimentos de bens e outras receitas eventuais. Os relatórios anuais disponibilizados não distinguem o montante de receitas que corresponde a pagamentos de quotas de associados. Mas pela discriminação feita das receitas anuais, os subsídios obtidos junto de entidades públicas e associados a vários projetos/contratos representam atualmente a parcela mais relevante dos

rendimentos da CAP.

Só nas contas de 2016 encontramos a identificação discriminada das fontes desses subsídios e apoios públicos. O IFAP (Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas) é o principal financiador. O IFAP é um instituto público integrado na administração indireta do Estado, com autonomia administrativa e financeira que funciona nas tutelas de vários ministérios, com destaque para a Agricultura e Finanças. A sua missão é assegurar o funcionamento dos sistemas de apoio e de ajudas diretas nacionais e comunitárias e a aplicação, a nível nacional, das regras comuns para os regimes de apoio direto no âmbito da política agrícola comum (CAP).

Outra fonte de receitas é a **exploração do espaço que organiza a maior feira agrícola nacional**, a Feira da Agricultura de Santarém, o CNEMA (Centro Nacional de Exposições).



As contas da CAP mostram uma situação financeira sólida, com fundos patrimoniais positivos na ordem dos nove milhões de euros, ainda que a baixar. No período analisado, a confederação **só teve prejuízos em 2016**, ano marcado por uma queda superior a 30% nos rendimentos. O relatório assinala uma quebra de 3,2 milhões face às receitas previstas no orçamento, que se deveu à não existência de várias ações de formação, confirmando assim o contributo fundamental dos subsídios públicos para os resultados e rendimentos.

Com exceção do ano de 2016, ano que foi adotado um sistema de normalização contabilística e em que o relatório e contas é mais detalhado, as contas da confederação não apresentam muitos detalhes sobre património e receitas e não revelam, por exemplo, o montante de remunerações pagas aos órgãos sociais.



A CAP tem certificação legal de contas feita por um ROC (revisor oficial de contas) que nos anos consultados não apresentou nem reservas nem ênfases. O conselho fiscal também aprovou as contas.

A confederação não tem o dever de entregar contas ao Tribunal de Contas, Governo ou Conselho Económico Social, à semelhança do que sucede com outros parceiros sociais. As contas são enviadas para os bancos e os ministérios que tutelam os dinheiros do setor. A execução dos apoios comunitários que lhe são atribuídos está sujeita à auditoria das entidades financiadoras.

Quem manda na CAP

Tal como outras organizações patronais ou sindicais, não há grande rotatividade no desempenho de cargos dirigentes – **não há limite à acumulação de mandatos, nem de idade** – e os fundadores tiveram uma presença marcante e longa à frente da CAP.

Com a saída de João Machado, um líder histórico que foi presidente da organização durante 18 anos (e

antes quase cinco anos como vice-presidente), a liderança foi assumida por Eduardo Oliveira e Sousa em 2017. O novo responsável tem mais um ano de mandato pela frente. Oliveira e Sousa já tinha feito parte da direção da CAP entre 2005 e 2008 e liderou uma lista única às eleições.



▲ Eduardo Oliveira e Silva é presidente da CAP desde 2017
MANUEL DE ALMEIDA/LUSA

Com 65 anos, nascido em Lisboa, **Eduardo Oliveira e Sousa** tem origens no Ribatejo, onde, aliás, passou parte da sua carreira. Licenciado em engenharia agrónoma, trabalhou no Ministério da Agricultura e foi diretor executivo da Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia entre 1983 e 2013. Assume a presidência da CAP enquanto presidente da Associação de **Produtores Florestais** do Concelho de Coruche e limitrofes. Foi também professor assistente na Escola Superior Agrária de Santarém e presidente da ANPC (Associação Nacional de Proprietários Rurais, Gestão Cinegética e Biodiversidade). Enquanto presidente da CAP tem assento na concertação social.

O principal operacional da confederação é **Luis Mira**, secretário-geral desde 1999. Antes tinha chefiado o departamento de associativismo da CAP desde 1990. É licenciado em engenharia zootécnica. Desde 2002 que é administrador do IEF (Instituto do Emprego e Formação Profissional, onde estão representados os parceiros sociais), representante da CAP no Conselho de Estruturas Agrícolas e Desenvolvimento Rural da União Europeia e membro do Conselho Económico e Social português e europeu. É administrador do CNEMA.

A estrutura organizativa da CAP assenta numa **assembleia geral**, que integra todos os associados e que se reúne duas vezes por ano para aprovar contas e orçamento e de três em três anos para eleger restantes órgãos sociais. Os órgãos sociais incluem ainda um **conselho fiscal**, constituído por um presidente e dois vogais, e trabalha com um ROC, cuja missão é fiscalizar a atuação da direção e emitir pareceres sobre contas; e um **conselho superior** onde têm lugar antigos presidentes dos órgãos sociais ou secretários gerais, presidentes das entidades filiadas e outras personalidades da vida agrícola. Tem até 30 membros escolhidos pela direção e propostos à assembleia geral. Este órgão emite pareceres e recomendações à direção.

Subscreva a newsletter 360º

Enquanto dormia - o Miguel Pinheiro ou a Filomena Martins preparam para si um guia resumido do que se passa, logo de manhã pelas 9h00, todos os dias úteis.

Subscrever

Dirigentes da CAP



Eduardo Oliveira e Sousa
Presidente da CAP



Luis Correia Mira
Secretário Geral



António Gonçalves Ferreira
Vice-presidente

- Associação dos Produtores Florestais do Concelho de Coruche e Limitrofes
- Membro do Conselho Económico e Social

O principal órgão é a **direção**, composta por 17 membros e eleita em assembleia-geral. Deste órgão emana uma direção executiva composta por um presidente e seis vice-presidentes. A direção escolhe o secretário-geral.

A importância das vacas

Na direção da CAP estão representadas várias associações, com maior peso para as áreas da produção florestal e de associações do Ribatejo e Alto Alentejo. Entre os 237 associados, quase 50 dedicam-se em exclusivo ou em grande parte à **produção pecuária**, para além de dezenas de cooperativas e associações agrícolas locais que também representam a parte animal, seja para abate, ou para produtos como o leite e laticínios.

São cerca de **30 as associações ou federações** que mobilizam produtores de bovinos ou serviços associados como a sanidade animal. O peso destas atividades ajuda a explicar o alarme quando a **Universidade de Coimbra** decidiu banir a carne de vaca das cantinas. A decisão, que foi polémica, pode ser vista por alguns como um gesto simbólico, mas é mais do que isso. Os produtores sabem-no e por isso a CAP veio em defesa de uma produção agrícola que é também um modo de vida que se sente em perigo.

“Sem agricultura e sem vacas não se combatem as alterações climáticas”. (...) A agricultura é indispensável à vida humana e ao desenvolvimento das sociedades. É assim há milénios”, escreveu Oliveira e Sousa num artigo de **opinião** do jornal Público. Para o presidente da CAP, a defesa da agricultura e do mundo rural é a defesa do nosso planeta. “Eliminar a bovinicultura em Portugal não é solução para a emergência climática. Pelo contrário. A bovinicultura nacional, pelas características do seu modelo de



LIFESTYLE

O litoral alentejano de lés a lés

Em família, a dois ou sozinho, pegue no carro, aventure-se pelas praias do Alentejo e deixe-se levar pela magia destes maravilhosos recantos que continuam envoltos de um delicioso e ímpar encanto.

OBSERVADORLAB

exploração, faz parte da solução ambiental”.

Avaliação de transparência

Este trabalho fecha com uma avaliação sobre o nível de informação pública e aberta a todos facultada pela instituição, mas também da resposta dada quando contactada por via institucional (gabinetes de comunicação) para responder a um questionário exaustivo, ou, em alternativa fornecer a documentação que podia conter a informação pedida. São ponderados fatores como a disponibilidade inicial para responder, tempos de resposta, envio de documentos, grau de detalhe nos documentos facultados, disponibilidade para dar esclarecimentos adicionais e necessidade de recorrer à liderança das organizações para desbloquear o processo de envio de informação.

Subscreva a newsletter Hora de Fecho

Receba as principais notícias do dia de Portugal e do Mundo, escolhidas pelo Observador, todos os dias úteis às 17h.

Subscrever

AValiação DE TRANSPARÊNCIA

4 / 7



Informação disponível a todos no site institucional

Há alguma informação disponível sobre a organização, associados e atribuições, mas o site não tem as contas ou os estatutos.



Relatórios e contas e documentos de gestão

Foram enviados após pedido.



Relatórios de órgão de fiscalização e pareceres sobre contas

Foram enviados após pedido.



Informação financeira nos relatórios e contas

Informação tem o essencial, mas não está muito desenvolvida. Falta, por exemplo, a especificação das receitas com quotas recebidas dos associados.



Informação sobre dirigentes e estrutura organizativa

Sim.



Informação sobre a remuneração dos órgãos sociais

Não está identificada nas prestações de contas. Quando foi pedida expressamente, foi recusada com a justificação de que eram assuntos internos da CAP que a direção não estava autorizada a divulgar.



Disponibilidade e tempo de resposta a perguntas

O primeiro tempo de resposta foi demorado, cerca de cinco meses e foi necessário um pedido direto ao presidente da CAP para serem remetidos os relatórios e contas. Foi necessária uma nova intervenção junto do presidente para obter documentos de certificação de contas. Não foram dados esclarecimentos adicionais pedidos, ou porque não tinham os números (evolução do número total de associados) ou por serem assuntos de gestão interna da organização.

Infografia We Are Singular

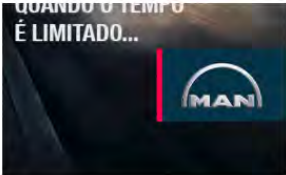
Este é o quinto trabalho da série de investigações sobre organizações financiada com uma bolsa da Gulbenkian. Já fora publicados os artigos sobre a Ordem dos Advogados, a Associação Nacional de Farmácias, a Deco, a UGT. O próximo será sobre a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

1

Subscreva a newsletter Auto

Gosta de automóveis? O Alfredo Lavrador também. E traz-lhe, às quartas-feiras, uma seleção do que de melhor roda por aí.

Subscrever



Conversas informadas

Traga o Observador para a mesa



Premium Duo